



Mediação da informação e feminismo negro: uma análise de dissertações e teses dos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação brasileiros

Information mediation and black feminism: an analysis of dissertations and theses from Brazilian Postgraduate Programs in Information Science

Mediación de la información y feminismo negro: un análisis de disertaciones y tesis de los Programas Brasileños de Posgrado en Ciencias de la Información

Ana Patrícia Silva Moura

*Departamento de Ciência da Informação,
 Universidade Federal de Pernambuco, Brasil
 anapmoura1807@gmail.com*

 <https://orcid.org/0000-0001-8985-259X>

Gisele Rocha Côrtes

*Departamento de Ciência da Informação e Programa de
 Pós-Graduação em Ciência da Informação,
 Universidade Federal da Paraíba, Brasil
 giselerochacortes@gmail.com*

 <https://orcid.org/0000-0001-6843-4938>

Resumo

A pesquisa é oriunda de dissertação de mestrado e tem como objetivo identificar, com base na perspectiva teórica da mediação da informação, as dissertações e teses vinculadas aos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) brasileiros que abordam a temática das mulheres negras e do feminismo negro, evidenciando a subversão e o enfrentamento do racismo e do sexismo. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa documental, descritiva com fase exploratória e abordagem quanti-qualitativa. O *corpus* foi composto por 17 PPGCIs acadêmicos, dos quais 8 possuem dissertações e teses voltadas para o feminismo negro publicadas nos repositórios institucionais entre os anos de 2010 e 2023. Na amostra do estudo, há 7 dissertações e 4 teses escritas por mulheres. Os resultados apontam que a mediação dos conteúdos informacionais produzidos nas dissertações e nas teses disseminam conhecimento de direitos, visibilizando as desigualdades sociais de raça e gênero, corroborando para a elaboração de políticas públicas voltadas para a emancipação social das mulheres negras. Conclui-se que é fundamental visibilizar as produções atinentes às mulheres negras e feminismos para a subversão da invisibilização dos lugares de marginalização epistêmica alocados às mulheres negras.

Palavras-chave: Feminismo negro, Mediação da informação, Mulheres negras, Teses e dissertações, Programa de Pós-Graduação, Brasil.

Recepción: 12 Diciembre 2024 | Aceptación: 30 Abril 2025 | Publicación: 01 Octubre 2025

Cita sugerida: Moura, A. P. S. y Côrtes, G. R. (2025). Mediação da informação e feminismo negro: uma análise de dissertações e teses dos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação brasileiros. *Palabra Clave (La Plata)*, 15(1), e265. <https://doi.org/10.24215/18539912e265>



Esta obra está bajo licencia Creative Commons Atribución-NoComercial-CompartirIgual 4.0 Internacional

Abstract

The research originated from a master's dissertation and aims to identify, from the theoretical perspective of information mediation, the dissertations and theses linked to Brazilian Postgraduate Programs in Information Science (PPGCI) that address the theme of black women and black feminism, highlighting the subversion and confrontation of racism and sexism. Methodologically, this is a documentary, descriptive research with an exploratory phase and a quantitative-qualitative approach. The corpus was composed of 17 academic PPGCIs, of which 8 have dissertations and theses focused on black feminism published in institutional repositories between 2010 and 2023. In the study sample, there are 7 dissertations and 4 theses written by women. The results indicate that the mediation of informational content produced in dissertations and theses disseminates knowledge of rights, making visible social inequalities of race and gender, corroborating the development of public policies aimed at the social emancipation of black women. It is concluded that it is essential to make visible the productions related to black women and feminisms to subvert the invisibilization of the places of epistemic marginalization allocated to black women.

Keywords: Black feminism, Information mediation, Black women, Theses and dissertations, Postgraduate Program, Brazil.

Resumen

La investigación surge de una tesis de maestría y tiene como objetivo identificar, desde la perspectiva teórica de la mediación de la información, las disertaciones y tesis vinculadas a los Programas Brasileños de Postgrado en Ciencias de la Información (PPGCI) que abordan el tema de las mujeres negras y el feminismo negro, destacando la subversión y la confrontación del racismo y el sexismo. Metodológicamente, se trata de una investigación documental, descriptiva con una fase exploratoria y un enfoque cuanti-cualitativo. El *corpus* estuvo compuesto por 17 PPGCI académicos, de los cuales 8 tienen disertaciones y tesis enfocadas en el feminismo negro publicadas en repositorios institucionales entre los años 2010 y 2023. En la muestra de estudio, hay 7 disertaciones y 4 tesis escritas por mujeres. Los resultados indican que la mediación de contenidos informativos producidos en disertaciones y tesis difunde conocimientos sobre derechos, visibilizando las desigualdades sociales de raza y género, apoyando el desarrollo de políticas públicas orientadas a la emancipación social de las mujeres negras. Se concluye que es fundamental visibilizar producciones relacionadas con las mujeres negras y el feminismo para subvertir la invisibilización de los lugares de marginación epistémica asignados a las mujeres negras.

Palabras clave: Feminismo negro, Mediación de información, Mujeres negras, Tesis y disertaciones, Programa de Postgrado, Brasil.

1. Introdução

O presente estudo surge da necessidade de analisar os trabalhos de conclusão de mestrado e doutorado que tratam de temáticas voltadas para as mulheres negras, devido à escassez de produção científica sobre o tema (Moura, 2022).¹ Utilizamos a mediação da informação na produção científica enquanto uma ação central que se compromete com pautas de cunho político e social – des(construindo) preconceitos e estereótipos sexistas, classistas e racistas que estruturam a sociedade. As inquietações a respeito da temática também surgem na escrita da dissertação baseadas em uma discussão sobre o conceito de gênero e interseccionalidade no referencial teórico e na análise dos dados obtidos.

Nesse contexto, a análise da produção acadêmica nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação brasileiros (PPGCI) se torna fundamental para compreender a visibilidade dada às pesquisas sobre mulheres negras e feminismo negro. Com base na perspectiva da mediação da informação, identificamos dissertações e teses que não apenas disseminam conhecimento sobre os direitos das mulheres, mas também evidenciam as desigualdades sociais de raça e gênero. Essa mediação desempenha ação essencial na construção de um debate mais amplo e na formulação de políticas públicas voltadas para a emancipação social das mulheres negras.

Assim, ao abordar a subversão da invisibilização das mulheres negras no campo acadêmico, esta pesquisa reafirma a importância de reconhecer e valorizar as produções que desafiam a marginalização epistêmica e promovem uma ciência mais inclusiva e comprometida com a transformação social.

A Ciência da Informação, área fortemente caracterizada pelo seu viés social, tem discutido sobre mulheres em uma perspectiva interseccional de raça e gênero com foco nas mulheres negras. Destacamos algumas pesquisadoras atuantes e representativas na área, como Leyde Klébia Rodrigues da Silva e Mirian de Albuquerque Aquino (2013, 2014), Dávila Maria Feitosa da Silva, Anna Raquel de Lemos Viana, Geisa Fabiane Ferreira Cavalcante & Izabel França de Lima (2022), Gisele Rocha Côrtes & Aurekelly Rodrigues da Silva (2023), Franciéle Garcês-da-Silva (2019), dentre outras.

Nesta pesquisa, mulheres negras e feminismo negro são utilizadas como categorias de análise e de representações temáticas das dissertações e teses dos PPGCI, com base na mediação da informação enquanto uma *práxis* política que se opõe à neutralidade científica. Trata-se de uma ação posicionada politicamente – objeto de estudo da Ciência da Informação (Almeida Júnior, 2015), que envolve o alcance da apropriação da informação – fundamental para a transformação de realidades e construção de sentidos (Gomes, 2019).

Diante disso, pressupomos que desenvolver pesquisas de mestrado e doutorado sobre *mulheres negras* e *feminismo negro* contribui para a visibilidade da realidade vivenciada pelas mulheres negras em seus diversos contextos sociais, a disseminação de informação a respeito da cultura negra e, consequentemente, a construção de pautas para a elaboração de políticas públicas de informação voltadas para as mulheres negras.

Ao considerar as premissas apresentadas, indagamos: quais dissertações e teses dos PPGCIs acadêmicos do Brasil, indexadas nos repositórios institucionais, abordam investigações sobre mulheres negras e feminismo negro como tema de estudo? Quem são as(os) pesquisadoras(es) que mediarão conteúdos informacionais e representaram tematicamente os assuntos em questão?

Dessa forma, o objetivo da pesquisa é, por meio da perspectiva da mediação da informação, identificar e mapear as dissertações e teses produzidas sobre mulheres negras e feminismo negro nos PPGCI disponíveis nos repositórios institucionais. Além disso, ela visa identificar as(os) pesquisadoras(es) responsáveis pela mediação dos conteúdos informacionais relacionados a essas temáticas.

A *práxis* com um viés político corrobora a **dimensão política da mediação consciente da informação** (Gomes, 2019; Sardenberg, 2002). Para além das questões apontadas, compreendemos que o fato de as mulheres desenvolverem conscientemente pesquisas científicas sobre as temáticas *mulheres negras* e *feminismo*

negro se configura como uma ação protagonista, por agirem e atuarem em prol da visibilidade da epistemologia negra no campo científico, que antagonizam e ressignificam as estruturas hegemônicas de gênero, raça e classe.

2. Mediação da Informação e feminismo negro

Historicamente, os estudos que tratam do conceito de gênero se apresentam enquanto uma ciência que fomenta a desconstrução das relações de dominação masculina – inicialmente associados a contextos gerais, voltados a uma perspectiva na qual as mulheres são vistas enquanto sujeitos universais, ignorando as suas especificidades por meio dos marcadores sociais de raça, classe, etnia, orientação sexual, dentre outras(os).

As inquietações a respeito de um feminismo dominante surgem com o Movimento de Mulheres Negras ao perceberem a ausência de demandas nas pautas dos movimentos feministas. Indo de encontro aos privilégios vivenciados pelas mulheres brancas, que resultavam no silenciamento e na invisibilização das mulheres negras e não-brancas, o Movimento de Mulheres Negras denuncia as falsas igualdades existentes no movimento feminista (Costa, 2020)

Além disso, bell hooks (2018) ressalta a importância das mulheres negras como grupo social que denuncia as opressões vivenciadas, mas também enquanto agentes que atuam no combate ao domínio masculino, racista, classista e sexista, tanto na política quanto na produção de conhecimento feminista. Desenvolvemos a pesquisa tomando como base epistemológica do feminismo negro a **interseccionalidade**, que dialoga com os contributos da mediação da informação e tem como conceito:

[...] toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais (Almeida Júnior, 2015, p. 25).

A mediação da informação desempenha uma ação crucial no reconhecimento dos eixos de opressão interseccionais, como raça, gênero e classe, ao possibilitar a disseminação de conhecimentos que evidenciam desigualdades estruturais e contribuem para a construção de narrativas mais inclusivas. Ao tornar essas discussões acessíveis, a mediação desafia a marginalização epistêmica e fomenta a elaboração de políticas públicas voltadas à emancipação social das mulheres negras. Além disso, ao dar visibilidade a pesquisas e produções acadêmicas sobre feminismo negro, o debate sobre os direitos das mulheres negras se fortalece e impulsiona a criação de espaços de representatividade e resistência (Côrtes & Silva, 2023; Côrtes, 2024a; Santos Neto, 2024), tornando mais evidentes as realidades das mulheres negras, foco desta pesquisa.

A escassez de produção científica sobre mulheres negras (Moura, 2022) reforça a necessidade de analisar criticamente a mediação da informação na produção acadêmica. Esse processo não apenas amplia o debate sobre raça, gênero e classe, mas também questiona preconceitos e estereótipos sexistas, classistas e racistas que estruturam a sociedade. A interseccionalidade (Crenshaw, 1989), enquanto conceito fundamental para compreender as múltiplas formas de opressão, encontra na mediação da informação um instrumento para a desconstrução dessas desigualdades, permitindo a inserção de novas perspectivas no campo acadêmico e na formulação de políticas públicas.

A ausência de um olhar interseccional dentro do próprio movimento feminista também evidencia a relevância da mediação da informação para amplificar as reivindicações das mulheres negras. Ao reconhecer essas dinâmicas, a mediação se torna uma ferramenta de resistência e de transformação social, ampliando o acesso a narrativas historicamente marginalizadas e garantindo que as pautas das mulheres negras sejam não apenas registradas, mas também legitimadas no espaço público e acadêmico (Côrtes, 2024b).

Nesse contexto, a produção científica não é neutra. No conceito apresentado, associam-se à pesquisa os seguintes elementos: a interferência, relacionada a quem produz a ciência, como fator que nega a neutralidade e a subserviência de quem conduz essas produções; a apropriação da informação, que se inicia na comunicação e

culmina na construção do conhecimento; e o conflito, elemento essencial na desconstrução de estereótipos pré-estabelecidos e interpretados de forma preconceituosa, possibilitando a ressignificação dos sentidos por meio das informações mediadas.

No âmbito informacional, a *práxis* política, para além da mediação da informação, também se vincula ao conceito de informação de gênero com base nas:

[...] práticas de resistência que envolvem planejamento, produção, disseminação, organização, recuperação, gestão, mediação e representação da informação, delineadas em arquivos, bibliotecas, museus e demais ambientes de informação, físicos e digitais, da geração de conhecimentos críticos, no que tange à desnaturalização e à subversão das hierarquias de gênero (Côrtes, 2024a, p. 30).

O conceito desenvolvido por Gisele Côrtes (2024a) se baseia em processos realizados em âmbitos informacionais, os quais desempenham uma ação importante na desconstrução e na reelaboração de conhecimentos estruturados sob o sexismo e o racismo, que são naturalizados e institucionalizados na sociedade, por meio de diferentes instituições e interações sociais. O conhecimento colonial e patriarcal contribui para o silenciamento de grupos socialmente marginalizados. Nesse sentido, as instituições de informação, como os museus, arquivos, bibliotecas e demais ambiências informacionais – em âmbitos físicos e/ou digitais –, favorecem “[...] processos de acolhimento, inclusão e transformação social no que se refere à equidade de gênero, na perspectiva feminista” (Côrtes, 2024a, p. 30). Sob essa ótica, podemos contar com a atuação dos(as) profissionais da informação – autores(as) das dissertações e teses coletadas –, que se centram na:

[...] produção e disseminação de significados, sentidos, narrativas e memórias assentadas no reconhecimento e valorização da pluralidade e experiências das mulheres, cisgênero e transgêneros, e na promoção de masculinidades não violentas, considerando os diferentes marcadores sociais de raça, etnia, classe social, deficiências, identidade de gênero, localidade, em distintos ambientes informacionais (Côrtes, 2024a, p. 30).

As mulheres negras, foco temático desta pesquisa, em decorrência do processo de escravização na sociedade brasileira, com o machismo e o racismo atuando juntos, em dimensões sociais e epistêmicas, foram colocadas em situação de silenciamento e vulnerabilidade social. Diante disso, torna-se imprescindível discutir o conceito de gênero – marcador plural e múltiplo (Scott, 1995) –, de modo a questionar produções acadêmicas que historicamente têm centrado suas análises em mulheres que correspondem a estereótipos dominantes, como branca, cisgênero e heterossexual.

Para discussão teórica, temos como base o debate realizado pelas intelectuais negras sobre **interseccionalidade de raça e gênero**. O conceito de interseccionalidade proposto por Kimberle Crenshaw (1989) se refere à perspectiva de que as diferentes formas de opressão (como os marcadores sociais da diferença de gênero, raça, classe social, orientação sexual, dentre outros) estão interconectadas e se sobrepõem, influenciando nas experiências vivenciadas pelas agentes sociais. A pesquisadora ainda argumenta que apenas uma forma de opressão não é capaz de compreender as experiências vivenciadas por grupos marginalizados.

Ângela Davis (2016), em sua obra intitulada *Mulheres, raça e classe*, relata que Sojourner Truth – intelectual, abolicionista e ativista dos direitos das mulheres – apresentou em seu discurso as articulações das categorias raça, gênero e classe social. Truth foi vítima do escravismo, vendida em leilão aos nove anos de idade. Em discurso proferido em 1851, na *Convenção dos Direitos das Mulheres de Ohio*, em Akron, denunciou as torturas sofridas naquela época. A frase proferida “*E eu não sou uma mulher?*”, se referiu justamente à sua argumentação de não se sentir enquadrada na categoria “mulheres”, que foi discutida durante a convenção. O posicionamento de Truth, por meio da sua interferência durante a convenção, articula as categorias de gênero, raça e classe ao mesmo tempo – o que também se denomina interseccionalidade.

O machismo e o racismo, eixos de subordinação sobrepostos, subalternizam os lugares em que as mulheres negras ocupam na sociedade. Este cenário não se refere apenas às questões socioeconômicas, mas também ao

âmbito científico, no qual, por décadas, as pluralidades das mulheres não eram consideradas. Na produção científica, a vida das mulheres negras era exposta por homens brancos, o que também justifica o distanciamento das realidades vivenciadas por elas (Ribeiro, 2018).

A ciência não foge dos modelos hegemônicos de gênero e raça presentes na sociedade, pois é notória a exclusão das mulheres negras. A pesquisadora, ativista e filósofa Sueli Carneiro (2005) problematiza as estratégias de invalidação dos saberes e conhecimentos na atividade científica, conceituando o epistemicídio negro como:

O epistemicídio se constituiu e se constitui num dos instrumentos mais eficazes e duradouros da dominação étnica/racial, pela negação que empreende da legitimidade das formas de conhecimento, do conhecimento produzido pelos grupos dominados e, conseqüentemente, de seus membros enquanto sujeitos de conhecimento (Carneiro, 2005, p. 96).

Assim, a perspectiva de um feminismo interseccional é uma teoria de resistência, a qual contribui para as discussões de uma teoria crítica feminista negra atenta às inúmeras singularidades nos modelos de opressão e às formas de resistência.

Carla Akotirene (2018), pesquisadora atuante sobre a interseccionalidade de raça e gênero, enuncia a potência do feminismo negro nas estratégias e elaborações no enfrentamento das injustiças interseccionais, persistentes em todos os âmbitos da sociedade. bell hooks (1995) também relata acerca da sua construção intelectual na experiência de mulher negra. A intelectual conta a perseguição que sofreu durante anos, pois “[...] ser demasiado inteligente era sinônimo de intelectualidade e isso era motivo de preocupação sobretudo se se tratasse de uma mulher” (p. 465). Para a pesquisadora, a intelectualidade não era um *status* social ou uma vaidade, mas um mecanismo de sobrevivência, pois ela tinha consciência de que somente os estudos poderiam oferecer recursos econômicos para viver. Permitir-se ser uma intelectual era adentrar na sua própria realidade e compreender os mecanismos que faziam as pessoas negras viverem em situação de exclusão social e também como o acesso à informação constitui estratégias de resistência contra o epistemicídio negro.

3. Procedimentos metodológicos

Caracteriza-se como uma pesquisa exploratória e documental, com uma abordagem quanti-qualitativa (Minayo & Sanches, 1993). Inicialmente, o estudo foi conduzido na Plataforma Sucupira,² para identificar os PPGCI existentes no Brasil, resultando em um total de 17 programas na área de Informação e Comunicação durante o período de pesquisa, cuja coleta de dados compreendeu o período entre 2020 e 2024.

É importante destacar que, no contexto brasileiro, os PPGCI são geralmente classificados em duas modalidades: acadêmicos e profissionais. A principal diferença entre o programa profissional e o acadêmico está em seus objetivos. O programa acadêmico tem como finalidade formar pesquisadoras(es) que, geralmente, aprofundam sua trajetória acadêmica. Já o âmbito profissional busca proporcionar à(o) pós-graduanda(o) uma imersão na pesquisa, permitindo que ela(e) compreenda sua dinâmica, saiba como encontrar estudos relevantes para sua área de atuação e aprenda a integrar pesquisas existentes e futuras em sua prática profissional³.

Em seguida, foram realizadas buscas por dissertações e teses nos repositórios institucionais de cada um dos programas recuperados na Plataforma Sucupira. Os descritores utilizados no momento da busca foram: **mulheres negras e feminismo negro**. A busca recuperou 7 dissertações e 4 teses, defendidas entre 2010 e 2023, que continham esses termos no título, resumo ou palavras-chave, constituindo assim o *corpus* da presente pesquisa. A escolha dos Repositórios Institucionais se justifica pelo seu foco direto nas produções intelectuais de institutos de pesquisa (Leite, 2009). As(os) pesquisadoras(es) foram identificadas com base em gênero e formação acadêmica – dados relacionados ao curso, instituição e ano da graduação, do mestrado e/ou doutorado.

O recorte temporal selecionado remonta ao fato de a primeira dissertação defendida sobre os estudos de gênero nos PPGCIs ter sido publicada em 2010, conforme Ana Moura e Gisele Côrtes (2024). Para a análise temática, as palavras-chave foram categorizadas e quantificadas utilizando o *software* gratuito Venngage, que permitiu a importação de planilhas contendo a frequência das palavras-chave nos textos, bem como a geração de uma nuvem de *tags* para visualização dos principais temas abordados. Os dados foram organizados em uma planilha no *Google Sheets*, vinculada ao *Google Workspace*, facilitando a sistematização e a categorização dos dados.

Os demais resultados serão apresentados por meio de quadros e gráficos, exibindo o número de dissertações e teses defendidas por ano e por programa, informações sobre as produções (autores, orientadoras(es), palavras-chave e ano de defesa) e análises sobre os gêneros das autorias e orientações. É importante destacar que os resultados apresentados a seguir se referem às produções recuperadas na Plataforma Sucupira (relativas aos programas) e nos Repositórios Institucionais (dissertações e teses), utilizando os descritores **mulheres negras** e **feminismo negro**. Portanto, são necessárias outras pesquisas para um aprofundamento do *corpus*.

4. Dissertações e teses sobre as temáticas *mulheres negras* e *feminismo negro*

Na plataforma Sucupira, foram recuperados 17 PPGCIs acadêmicos. Porém, desses, 8 contemplaram pesquisas sobre mulheres negras e feminismo negro durante o período analisado (2010-2023), que corresponde a 47% do total. Para destacar o protagonismo dos PPGCIs, e das teses e das dissertações analisadas neste estudo, se apresentam os programas em que as(os) pesquisadoras(es) abordaram as temáticas *mulheres negras* e *feminismo negro*, fornecendo os dados quantitativos das dissertações e teses disponíveis nos repositórios das instituições de ensino superior no Brasil, durante o período de pesquisa.

O levantamento realizado identifica que, em 2014, na UFPB, Leyde Klébia Rodrigues da Silva defendeu a dissertação *Bamidelê: por uma sociologia da informação étnico-racial na organização das mulheres negras da Paraíba*, sob orientação de Mirian de Albuquerque Aquino. Ainda nesse programa, em 2019, Daniella Alves de Melo apresentou o trabalho *Práticas informacionais e a construção da competência crítica da informação: um estudo na Bamidelê - Organização de Mulheres Negras da Paraíba*, orientada por Edvaldo Carvalho Alves. No mesmo ano, na UFBA, Vanessa Jamile Santana dos Reis desenvolveu a dissertação *A invisibilidade do feminismo negro nos instrumentos de representação do conhecimento: uma abordagem de representatividade social*, com orientação de José Carlos Sales dos Santos. Em paralelo, no PPGCI da USP, Thais Pereira da Silva investigou o blog "Blogueiras Negras" em sua dissertação *Construções identitárias & TICs: o caso do blog "Blogueiras Negras"*, orientada por Marco Antônio Almeida. No ano de 2021, Gabriele Rodrigues Pereira, na UFSCar, defendeu *O retrato da mulher preta em estudos da Ciência da Informação no Brasil*, sob a orientação de Zaira Regina Zafalon. Na UFSC, Priscila Rufino Fevrier discutiu sobre a *Informação e emancipação social: representações sociais das mulheres negras da Casa das Mulheres da Maré no Rio de Janeiro*, com orientação de Rodrigo de Sales. Ainda em 2021, na UFRGS, Patrícia Saldanha desenvolveu a dissertação *Práticas informacionais no Portal Geledés: histórias e representações sociais sobre mulheres negras*, orientada por Rodrigo Silva Caxias de Sousa.

No âmbito das teses, destaca-se o trabalho de Ana Lúcia Tavares de Oliveira, defendido em 2023 na UFPE, intitulado *Mestra Joana Cavalcante e o Maracatu Baque Mulher: protagonismo e empoderamento feminino na reconstrução da cultura afro-brasileira*, orientado por Leilah Santiago Bufrem. Em 2018, na UFBA, Cleyciane Cássia Moreira Pereira apresentou a tese *Necessidades informacionais das mulheres da comunidade quilombola de Itamatatiua – Maranhão*, sob orientação de Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira. Em 2020, Leyde Klébia Rodrigues da Silva defendeu no IBICT-UFRJ a tese *Feminismo negro e epistemologia social: trajetórias de vida de pesquisadoras negras em Biblioteconomia e Ciência da Informação*, orientada por Gustavo Silva Saldanha. No mesmo ano, na USP, Bianca Maria Santana de Brito apresentou *A escrita de si de mulheres negras: memória e resistência ao racismo*, também sob orientação de Marco Antônio Almeida.

Foram identificadas 7 dissertações e 4 teses relacionadas à temática das mulheres negras e do feminismo negro na Ciência da Informação, analisadas em um período que compreende o período entre 2010 e 2023. As dissertações foram defendidas nas seguintes instituições: UFPB (2), UFBA (1), USP (1), UFSCar (1), UFSC (1) e UFRGS (1). Já as teses foram desenvolvidas na UFPE (1), UFBA (1), UFRJ (1) e USP (1). Esses números evidenciam a incipiência da produção acadêmica no âmbito da Ciência da Informação sobre essa temática, tanto em nível de mestrado quanto de doutorado. Destaca-se que, no período de coleta de dados, em fevereiro de 2024, apenas essas produções foram recuperadas nos Repositórios Institucionais e na Plataforma Sucupira. Pode haver outras pesquisas sobre o tema que não estejam disponíveis nessas plataformas, o que exige atenção para essa limitação.

A distribuição temporal dessas pesquisas demonstra um crescimento tímido ao longo dos anos. A primeira dissertação foi defendida apenas em 2014; e somente quatro anos depois, em 2018, surgiu a primeira tese sobre o tema. Em 2019, houve um avanço, com a defesa de três dissertações, seguido por um aumento no número de teses em 2020 (duas no total). Em 2021, foram defendidas três dissertações. Mas, em 2023, houve uma nova redução, com apenas uma tese registrada.

Esses dados evidenciam a escassez de trabalhos acadêmicos que abordam a realidade das mulheres negras no âmbito de dissertações e teses recuperadas nas plataformas. No entanto, é importante destacar que, na Base de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), foram identificadas oito pesquisas com a palavra-chave "feminismo negro" e 23 pesquisas ao utilizar "mulher negra".

Apesar dessa limitação, observa-se um avanço na Ciência da Informação brasileira, especialmente com a criação do GT-12, que reflete o crescimento de estudos voltados para questões sociais, os indivíduos e suas práticas. As discussões de caráter social e cultural na área têm ganhado força nos últimos anos, impulsionadas pelo interesse de novas(os) pesquisadoras(es) e pela percepção de que a inclusão de estudos sobre gênero, raça e sexualidade aproxima a disciplina das complexas realidades informacionais dos sujeitos.

Conforme a ementa do GT-12, seu objetivo é estimular estudos teóricos e aplicados sobre raça, classe, gênero, sexualidade e interseccionalidades, abrangendo abordagens críticas, culturais, feministas, *queer*, pós-coloniais, decoloniais e anticoloniais, além de estudos sobre a branquitude e justiça social, informacional, racial e de gênero. As temáticas abordadas buscam destacar as características sociais e culturais de grupos historicamente marginalizados no país, colocando em evidência os sujeitos e suas práticas sob uma perspectiva representativa (Passo, Nunes & Cavalcante, 2023).

Mesmo com esses avanços, essa perspectiva ainda não se reflete na produção de dissertações e teses sobre a temática. Considerando que os PPGCIs brasileiros fomentam a produção científica da área, impulsionando a publicação de artigos em periódicos e trabalhos completos apresentados em eventos, é possível inferir que a insuficiência de pesquisas sobre mulheres negras na Ciência da Informação reflete o racismo estrutural e epistêmico presente no campo.

A mediação da informação desempenha uma ação fundamental na visibilidade de temáticas voltadas para o feminismo negro e as mulheres negras, especialmente no campo acadêmico. Os resultados apresentados demonstram a escassez de dissertações e teses que abordam essa temática nos PPGCI, o que reflete a persistência de barreiras epistemológicas que dificultam a ampliação desse debate no campo. Essa lacuna evidencia não apenas a falta de produções acadêmicas, mas também um apagamento sistêmico que afeta a circulação e apropriação do conhecimento sobre feminismo negro.

A interseccionalidade, conceito fundamental desenvolvido por Kimberlé Crenshaw (1989), permite compreender como diferentes eixos de opressão, como gênero, raça e classe, interagem na marginalização das mulheres negras. Essa perspectiva é essencial para analisar como o silenciamento dessas produções no campo da Ciência da Informação perpetua desigualdades estruturais. Quando as dissertações e teses não utilizam termos-chave adequados, como "feminismo negro" e "mulheres negras", ocorre um processo de invisibilização que limita o alcance desses estudos e reduz suas possibilidades de diálogo inter e transdisciplinar. Este pode ser um dos motivos para a reduzida recuperação de dissertações e teses na Plataforma Sucupira. Será que a produção é

reduzida ou os termos utilizados não estão visibilizando as palavras-chave mulheres negras e feminismo negro? Questão para ser respondida em futuras pesquisas.

As dissertações e teses analisadas apresentam um referencial teórico que dialoga com autoras fundamentais para a compreensão da interseccionalidade e do feminismo negro. Trabalhos como os de Jurema Werneck (2000), Carla Akotirene (2018) e Carneiro (2023) são frequentemente referenciados para discutir as dinâmicas de opressão e resistência das mulheres negras. Essas autoras contribuem para uma compreensão mais ampla dos desafios enfrentados por mulheres negras na academia e na sociedade, enfatizando a necessidade de um olhar mais atento às suas produções intelectuais e experiências.

Os dados apresentados revelam que a produção acadêmica sobre mulheres negras no campo da Ciência da Informação é incipiente, o que corrobora o conceito de racismo epistêmico discutido por Carneiro (2023), Leyde Klebia da Silva (2023) e Franciele Garcês-da-Silva (2023). A ausência de terminologias adequadas no processo de indexação e representação da informação é um dos principais fatores que dificultam a recuperação eficiente dessas pesquisas. Como resultado, o acesso ao conhecimento produzido por e sobre mulheres negras é restringido, o que perpetua a marginalização de suas perspectivas teóricas e epistemológicas.

Destacamos a ação protagonista da pesquisadora Leyde Klébia Rodrigues da Silva, a única desenvolvendo a sua dissertação e tese sobre a temática. Destaca-se ainda o PPGCI/UFBA, o único programa a ter 1 trabalho de conclusão de mestrado e 1 de doutorado. Também notamos o protagonismo do PPGCI/UFPB, programa com 2 dissertações sobre o tema e que iniciou as pesquisas de mestrado, em 2014, sobre mulheres negras, tornando-se um ponto de partida para o desenvolvimento de estudos sobre a temática em outras instituições. Nessa seara, também apresentamos o protagonismo da Profa. Dra. Mirian Albuquerque Aquino, que foi pioneira na inserção e discussão das questões étnico-raciais e de gênero nos campos da Arquivologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação. Sua trajetória é marcada pela experiência do racismo no ambiente acadêmico, o que a motivou a criar espaços dedicados a essas discussões. Ela fundou e coordenou o Grupo de Estudos Integrando Competências, Construindo Saberes, Formando Cientistas (GEINCOS) e, posteriormente, o Núcleo de Estudos em e Relações Étnico-Raciais (NEPIERE), na Universidade Federal da Paraíba. Por meio desses grupos, ela desenvolveu pesquisas, promoveu eventos e consolidou debates sobre as relações étnico-raciais em diálogo com saberes interdisciplinares. Sua atuação inspirou alunas(os) e outros pesquisadoras(es) a criarem projetos e a buscarem a educação e a pesquisa como ferramentas de transformação social. Além disso, seu memorial foi utilizado como uma das fontes para a pesquisa sobre a Epistemologia Social Feminista Negra (EPISFEN). Em 2010, ela também desenvolveu um projeto de pesquisa sobre a informação no movimento negro da Paraíba (Silva & Saldanha, 2021).

Para que a mediação da informação sobre mulheres negras e feminismo negro seja mais efetiva no âmbito científico, sobretudo na área da Ciência da Informação, Gisele Côrtes e Aurekelly Silva (2023) enfatizam a importância das ações extensionistas executadas tanto nas unidades de informação como – acrescentamos – nas pesquisas delineadas nos PPGCI. Isso se justifica pelos dados apresentados na consultoria legislativa elaborada por Cristiano Lopes (2019) para a Câmara dos Deputados sobre a área de Ciência e Tecnologia. Esses dados revelam que, até 2017, 97,38% da produção científica brasileira teve origem em universidades ou instituições públicas de pesquisa, enquanto as instituições privadas contribuíram com apenas 2,62%. Essas instituições públicas, tanto as universidades como outras instituições de pesquisa, são as responsáveis pelas principais fontes científicas, documentais e bibliográficas que fomentam e delineiam as pesquisas de mestrado e doutorado sobre mulheres negras e feminismo negro.

Em relação ao gênero das autorias e orientações das dissertações e teses coletadas neste estudo, identificamos que todas as pesquisas foram escritas por mulheres, o que reforça o comprometimento político das pesquisadoras. Em contrapartida, no tocante às orientações, nota-se também a participação dos homens, com 5 dissertações e 2 teses orientadas. Evidencia-se a ação protagonista das mulheres na escrita destas pesquisas sobre a temática, o que reforça a ótica de Ana Moura, Gisele Côrtes & Aurekelly Silva (2023): as mulheres escrevem sobre mulheres e estudos de gênero na área da CI e estão expondo as opressões vivenciadas em diversos

contextos sociais, com o intuito de desnaturalizar as estruturas dominantes de raça, gênero e classe que favorecem os homens e excluem as mulheres, em especial, as mulheres negras e de baixa renda.

A mediação da informação desempenha *práxis* fundamental na visibilidade de temáticas voltadas para o feminismo negro e as mulheres negras, especialmente no campo acadêmico. A carência de estudos sobre feminismo negro na Ciência da Informação, conforme apontado, ecoa a dificuldade de dar protagonismo a grupos sociais específicos e de valorizar suas narrativas culturais. De acordo com Maria Aparecida Moura (2017), as barreiras epistemológicas mencionadas dificultam a incorporação das perspectivas do feminismo negro, limitando o acesso justo e equitativo a informações relevantes e a constituição de sujeitos coletivos de direitos nesse campo. A mediação da informação, portanto, tem um papel crucial em desafiar essas hegemonias e em promover a cultura participativa e a disseminação das vozes e conhecimentos de mulheres negras, alinhando-se à necessidade de resistência às lógicas centralizadoras que marginalizam certas identidades culturais. Ao valorizar a pluralidade de conhecimentos e memórias, a mediação pode contribuir para o empoderamento sociocultural e para a construção de um mundo comum mais justo e representativo.

As dissertações e teses analisadas apresentem análises que dialogam com autoras fundamentais para a compreensão da interseccionalidade e do feminismo negro. Trabalhos como os de Lelia Gonzalez (1988), hooks (2018) e Carneiro (2023) são frequentemente referenciados para discutir as dinâmicas de opressão e resistência das mulheres negras. Essas autoras contribuem para uma compreensão mais ampla dos desafios enfrentados por mulheres negras na academia e na sociedade, enfatizando a necessidade de um olhar mais atento às suas produções intelectuais e experiências.

Franciele Carneiro Garcês-da-Silva, Dirnele Carneiro Garcez & Daniella Pizarro (2023) trazem para o centro do debate as vivências e análises de mulheres negras, desafiando diretamente a norma da branquitude como ponto de partida e questionando a invisibilidade racial imposta às populações não brancas. No texto, a branquitude é definida como um posicionamento superior na hierarquia racial, que confere poder e subordina os não brancos. Ela se materializa nos corpos e na apropriação de privilégios raciais, simbólicos e imateriais, representando a própria geografia do poder. Ser branca(o) implica ocupar posições de influência e usufruir das vantagens garantidas pelo pacto narcísico entre pessoas brancas. Essa identidade racial se constrói sobre a invisibilização dos indivíduos não brancos e a autopercepção da branquitude como norma e referência.

As autoras enfatizam a necessidade urgente de desnaturalizar a branquitude, reconhecendo-a como uma construção social e política que sustenta a supremacia racial branca e o privilégio branco em diferentes contextos, incluindo a Biblioteconomia e a Ciência da Informação (BCI). Além disso, elas alertam para o risco de que os estudos sobre branquitude sejam conduzidos predominantemente por olhares brancos, perpetuando um elitismo epistêmico. Assim, a valorização das autoras do feminismo negro mencionadas na análise representa um esforço para trazer genealogias críticas que analisem a branquitude em outras perspectivas, conforme defendido pelas próprias autoras.

Os dados apresentados revelam que a produção acadêmica sobre mulheres negras no campo da Ciência da Informação é incipiente, o que corrobora com o conceito de racismo e sexismo epistêmico discutido por Rafael Grosfoguel (2016). O autor enfatiza que o racismo e o sexismo epistêmico se referem-se ao poder e ao privilégio epistêmico de homens ocidentais sobre o conhecimento produzido por outros corpos políticos e geopolíticas do conhecimento, levando à inferiorização de outros saberes, incluindo aqueles de mulheres e do Sul global. Essa estrutura, construída sobre genocídios/epistemicídios históricos, estabelece o conhecimento ocidental masculino como superior e universal, enquanto outros são considerados inferiores.

Diante desse cenário de exclusão epistêmica, torna-se urgente a adoção de uma postura ética e consciente na mediação da informação atrelada à interseccionalidade para potencializar as pesquisas no escopo da resistência e transformação, características no campo epistemológico da mediação da informação (Côrtes & Silva, 2023; Santos Neto, 2024). Pesquisadoras(es) devem considerar a interseccionalidade nas análises das suas pesquisas, garantindo que os saberes e experiências das mulheres negras sejam devidamente representados. É somente por meio de uma mediação da informação comprometida com a justiça informacional que se pode construir um

ambiente informacional mais inclusivo, no qual as produções acadêmicas sobre mulheres negras não apenas existam, mas sejam facilmente acessadas e amplamente discutidas.

Segundo Franciele Carneiro Garcês-da-Silva, Dirnéle Carneiro Garcez, Priscila Rufino Fevrier & Ana Paula Meneses Alves (2022), a justiça informacional está intrinsecamente ligada a essas formas de justiça, sendo mais uma ramificação dessa área, que busca promover a equidade no acesso, uso e representação da informação para grupos marginalizados, com o objetivo de contribuir para a cidadania plena, autonomia e a superação da marginalidade.

A seguir, são elencados no Quadro 1 os dados relacionados às autorias e suas respectivas formações acadêmicas.

Quadro 1
Formação acadêmica das pesquisadoras

Pesquisadoras	Formação acadêmica	Período
Leyde Klébica Rodrigues da Silva	Graduação em Biblioteconomia (UFPB)	2006-2010
	Mestrado em Ciência da Informação (UFPB)	2012-2014
	Doutorado em Ciência da Informação (IBICT/UFRJ)	2015-2020
Daniella Alves de Melo	Graduação em Comunicação Social - Relações Públicas (UFPB)	2011-2016
	Graduação em Arquivologia (UFPB)	Em andamento
	Mestrado em Ciência da Informação (UFPB)	2017-2019
	Doutorado em Ciência da Informação (UFPB)	2019
Vanessa Jamile Santana dos Reis	Graduação em Biblioteconomia (UFBA)	2009-2013
	Especialização em Gestão Pública (Faculdade Educacional da Lapa)	2015-2015
	Mestrado em Ciência da Informação (UFBA)	2017-2019
Thais Pereira da Silva	Graduação em Comunicação Social - Jornalismo (UNIFIEIO)	2000-2003
	Especialização em Mídia, Informação e Cultura (USP)	2014-2015
	Mestrado em Ciência da Informação (USP)	2017-2019
	Doutorado em Ciência da Informação (USP)	Em andamento
Cleyciane Cássia Moreira Pereira	Graduação em Biblioteconomia (UFMA)	2002-2007
	Mestrado em Ciência da Informação (UFPB)	2009-2011
	Doutorado em Ciência da Informação (UFBA)	2014-2018
Bianca Maria Santana de Brito	Graduação interrompida em Ciências Sociais (USP)	2003-2006
	Graduação em Jornalismo (FCL)	2003-2006
	Mestrado em Educação (USP)	2008-2012
	Doutorado em Ciência da Informação (USP)	2016-2020
Ana Lúcia Tavares de Oliveira	Graduação em Pedagogia (UFPB)	2001-2007
	Graduação em Arquivologia (UEPB)	2011-2015
	Especialização em Especialização em Psicopedagogia (Unipê)	2007-2008
	Especialização em Educação em Direitos Humanos (UFPB)	2008-2009
	Mestrado em Ciência da Informação (UFPB)	2017-2019
	Doutorado em Ciência da Informação (UFPE)	2019-2023

Patrícia Saldanha	Graduação em Biblioteconomia (UFRGS)	2000-2004
	Especialização em Literatura Infanto-Juvenil (FAPA)	2006-2007
	Especialização em Bibliotecas Escolares e Acessibilidade (UFRGS)	2008-2010
	Especialização em Supervisão Escolar e Orientação Educacional (UniRITTER)	2013-2014
	Mestrado em Ciência da Informação (UFRGS)	2019-2021
Priscila Rufino Fevrier	Graduação em Biblioteconomia (UNIRIO)	2008-2013
	Mestrado em Ciência da Informação (UFSC)	2019-2021
	Doutorado em Ciência da Informação (IBICT-UFRJ)	Em andamento
Gabriele Rodrigues Pereira	Graduação em Biblioteconomia (UFSCar)	2012-2016
	Mestrado em Ciência da Informação (UFSCar)	2019-2021

Fonte: dados da pesquisa (2024).

As pesquisadoras têm formação acadêmica diversa, sendo a Biblioteconomia o curso de graduação que lidera o *ranking*, com 6 pesquisadoras graduadas na área. Em seguida, figuram os cursos de graduação em Arquivologia e Jornalismo, com 2 graduações cada. As demais graduações se distribuem em Ciências Sociais, Comunicação Social e Pedagogia, cada uma com 1 pesquisadora graduada. As especializações foram diversas. Em relação aos cursos de mestrado, 8 foram em Ciência da Informação, 2 em Educação e 1 em Gestão Pública. Já os doutorados são todos em Ciência da Informação, inclusive os 2 que estão em andamento.

É notória a predominância da relação entre BCI na formação acadêmica das pesquisadoras. Isso se justifica porque, historicamente, a BCI tem um desenvolvimento mútuo no que se refere às práticas profissionais e acadêmicas (Vieira & Karpinski, 2019). Além disso, a relação entre mulheres e biblioteconomia pode ser justificada pela feminização (Martucci, 1996) da área – as mulheres, ao longo dos anos, têm se tornado bibliotecárias e profissionais da informação pela semelhança da profissão com a carreira do magistério, ocupação mais prevalente no século XX. Nesta seara, as atividades laborais eram assimiladas às funções domésticas, que exigiam características culturalmente consideradas e associadas às mulheres, como disciplina, submissão, trabalho sem tréguas, lealdade e pureza.

A feminização da Biblioteconomia vai além da inclusão de mulheres na profissão, envolvendo desafios como estereótipos, desvalorização e hierarquias de gênero. A associação da área ao feminino reforçou a segregação profissional, limitando oportunidades e reduzindo seu prestígio no mercado. Além disso, a entrada das mulheres pode ter sido motivada por uma lógica de exploração da mão de obra barata, postura influenciada por Melvil Dewey. Apesar da expressiva participação das mulheres na construção da Biblioteconomia, sua atuação foi frequentemente apagada das narrativas históricas, favorecendo figuras masculinas, como ocorreu com Adelpha Figueiredo – figura expoente na área da Biblioteconomia. Além disso, a presença feminina majoritária não garantiu acesso a cargos de liderança, historicamente ocupados por homens. Assim, a feminização da Biblioteconomia, embora marcante, trouxe consigo a desvalorização da profissão, a exploração do trabalho feminino e a persistência de barreiras hierárquicas que dificultam a ascensão das mulheres a posições de destaque, conforme destacam Gisele Côrtes & Gracy Kelli Martins (2020).

As palavras-chave (Figura 1) também fizeram parte dos resultados da pesquisa. Com esses dados, foi elaborada uma nuvem das palavras-chave que são utilizadas para representar as dissertações e teses.

Figura 1

Nuvem de *tags* com as palavras-chave utilizadas

Fonte: elaborado pelas autoras.

A análise das palavras-chave que representam tematicamente as dissertações e teses sobre mulheres negras e feminismo negro nos PPGCI, concebida visualmente pela nuvem de *tags* (Figura 1), em que o tamanho dos termos corresponde à sua frequência, revela um destaque nos termos **feminismo negro** e **mulheres negras**. Esses termos aparecem 5 e 4 vezes, respectivamente, sendo destaque no *corpus* analisado, indicando sua centralidade temática nas pesquisas. Tal prática demonstra a interferência e o comprometimento das(os) pesquisadoras em atividades, consideradas, historicamente, meramente técnicas.

Essa *práxis*, longe de ser meramente técnica, conforme argumenta João Arlindo Santos Neto (2024), reflete estruturas de poder que operam na mediação implícita da informação, particularmente no âmbito da Organização e Representação da Informação e do Conhecimento (ORIC), em que as escolhas terminológicas carregam implicações éticas e políticas que devem ser consideradas.

A análise revela como a persistente inadequação na indexação desses temas, já apontada por Izângela Maria Tonello, Rosane Alvares Lunardelli & Oswaldo Francisco de Almeida Júnior (2012), atua como mecanismo de invisibilização que ultrapassa a esfera técnica, configurando-se como uma questão epistêmica que demanda abordagem interdisciplinar. A presença de palavras-chave como interseccionalidade e relações de gênero, ainda que em menor frequência, assim como a emergência de termos específicos como Mestra Joana Cavalcante e Maracatu Baque Mulher, indica possibilidades de transformação nas práticas de representação temática, sugerindo caminhos para uma mediação da informação, em sua dimensão implícita, uma prática mais consciente e comprometida com a diversidade epistemológica.

Contudo, a própria emergência temática dessas pesquisas no campo da Ciência da Informação sinaliza possibilidades transformadoras. A incorporação desses conceitos demonstra um diálogo crescente da teoria crítica feminista na área da ORIC. Esse movimento interdisciplinar, quando articulado com os aportes teóricos presentes nas pesquisas, como a competência crítica e as práticas informacionais, podem fundamentar novos paradigmas da mediação da informação, por meio de correntes epistêmicas que reflitam e questionem os espaços de poder e hierarquias tradicionais da ciência.

As perspectivas apresentadas exigem das(os) pesquisadoras(es) não apenas competência técnica, mas, sobretudo, consciência crítica sobre como as estruturas de organização do conhecimento podem tanto reproduzir quanto desafiar hierarquias estabelecidas, tornando urgente repensar os vocabulários controlados e os processos de indexação à luz de um compromisso ético com a justiça informacional.

Assim, como argumenta Gisele Côrtes (2023), a incorporação de epistemologias diversas constitui requisito fundamental para uma mediação da informação verdadeiramente democrática, consciente de seu potencial transformador. Diante dessa premissa, emerge o desafio de transformar essas conexões ainda incipientes em sistemas de indexação sustentáveis, que transcendam a mera função documental para assumir um papel ativo na valorização e disseminação de saberes historicamente marginalizados.

Considerações finais

Ainda que de forma incipiente, percebemos os avanços referentes à produção científica da temática sobre mulheres negras e feminismo negro nos PPGCI. As dissertações e teses recuperadas no *corpus* da pesquisa, em geral, têm o intuito de mediar informações a respeito das opressões estruturais de racismo e machismo vivenciadas por grupos historicamente subalternizados. Nas orientações, detectamos a participação de homens, mesmo com a ação protagonista das mulheres na autoria dos trabalhos de conclusão de mestrado e doutorado.

Constatamos que a mediação da informação, enquanto uma ação política e central das(os) pesquisadoras(es) no âmbito da Ciência da Informação, também corrobora para a construção de uma teoria crítica feminista com a ótica voltada para os eixos estruturais de subordinação que perpassam experiências vividas pelas mulheres, desconstruindo paradigmas andocêntricos e racistas que estão presentes no âmbito científico.

Ao longo da análise, verificou-se que a mediação implícita da informação, sob a perspectiva da ORIC, pode reproduzir ou desafiar desigualdades de gênero, pois essas práticas impactam diretamente a representatividade das temáticas sobre mulheres negras e suas interdisciplinaridades, marginalizadas no âmbito dos sistemas de informação, como os repositórios. Dessa forma, a adoção de uma perspectiva crítica é essencial para garantir maior equidade na organização, no acesso e, conseqüentemente, na apropriação da informação. A mediação da informação, nesse contexto, emerge como um processo essencial para promover uma construção do conhecimento crítico, sendo representado de forma equitativa e democrática.

Roles de colaboración

Ana Patrícia Silva Moura

Redação - revisão e edição, Pesquisa, Metodologia, Redação - rascunho original, Supervisão.

Gisele Rocha Côrtes

Redação - revisão e edição, Redação - rascunho original.

Referências

- Akotirene, C. (2018). *O que é interseccionalidade?* Letramento.
- Almeida Júnior, O. F. de (2015). Mediação da informação: um conceito atualizado. Em S. Bortolin, J. A. Santos Neto & J. R. Silva (Org.), *Mediação oral da informação e da leitura* (pp. 9-32). Abecin.
- Carneiro, S. (2005). *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. [Tese de Doutorado]. Universidade de São Paulo, São Paulo. <https://repositorio.usp.br/item/001465832>
- Carneiro, S. (2023). *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Zahar.
- Côrtes, G. (2024a). A categoria analítica gênero e os movimentos feministas: diálogos na Ciência da Informação. *Conhecimento em ação*, (9), 1-37. <https://doi.org/10.47681/rca.v9i.64409>.
- Côrtes, G. (2024b). Mediação da Informação e gênero: diálogos iniciais. Em *24º Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*, Vitória, Brasil. <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxivenancib/paper/view/2831>
- Côrtes, G. R. & Martins, G. K. (2020). Protagonismo social das mulheres na Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. Em E F. C. Garcês-da-Silva & N. Romeiro (Org.), *O protagonismo da mulher na Biblioteconomia e Ciência da Informação: celebrando a contribuição intelectual e profissional de mulheres latinoamericanas* (pp. 281-322). Rocha Editora e Gráfica. <https://livros.unb.br/index.php/estante/catalog/book/270>
- Côrtes, G. R. & Silva, A. R. (2023). Feminismo negro, interseccionalidade e mediação da informação. *Folha de rosto*, 9(2), 242-268. <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/1185/822>
- Costa, S. S. (2020). Trajetória do feminismo negro no Brasil: movimentos e ações políticas. Em *13º Encontro Estadual de História*, Recife, Brasil.
- Crenshaw, K. (1989). *Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics*. <https://philpapers.org/archive/CREDTI.pdf?ncid=txtlnkusaolp>
- Davis, A. (2016). *Mulheres, raça e classe*. Boitempo.
- Garcês-da-Silva, F. C. (2019). A inserção das temáticas africana e afro-brasileira e o ensino de Biblioteconomia: avaliação em Instituição de Ensino Superior de Santa Catarina. *Revista brasileira de biblioteconomia e ciência da informação*, (15), 112-130. <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1273>
- Garcês-da-Silva, F. C. (2023). *Biblioteconomia Negra: das epistemologias negro-africanas à Teoria Crítica Racial*. Malê.
- Garcês-da-Silva, F., Garcez, F., Fevrier, P. & Alves, A. P. M. (2022). Justiça social e população negra: um olhar teórico-crítico para competência em informação. *Perspectivas em ciência da informação*, 27(2), 129-162. <https://doi.org/10.1590/1981-5344/40060>
- Garcês-da-Silva, F., Garcez, D. C. & Pizarro, D. C. (2023). As almas do povo branco: supremacia racial e branquitude na Biblioteconomia e Ciência da Informação. *Tendências da pesquisa brasileira e ciência da informação*, (16), 1-25.
- Gomes, H. F. (2019). Protagonismo social e mediação da informação. *Logeion: filosofia da informação*, 5(2), 10-21. <https://doi.org/10.21728/logeion.2019v5n2.p10-21>
- Gonzalez, L. (1988). A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo brasileiro*, (93), 69-82.

- Grosfoguel, R. (2016). A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Revista sociedade e Estado*, 31(1), 25-49. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100003>
- hooks, B. (1995). Intelectuais negras. *Revista estudos feministas*, 3(2), 478-646. <https://doi.org/10.1590/%25x>
- hooks, B. (2018). *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Editora Rosa dos Tempos.
- Leite, F. C. L. (2009). *Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira: repositórios institucionais de acesso aberto*. IBICT.
- Lopes, C. (2019). *Pós-graduação stricto sensu e produção científica no Brasil*. Câmara dos Deputados.
- Martucci, E. E. (1996). A feminização e a profissionalização do magistério e da biblioteconomia: uma aproximação. *Perspectivas em ciência da informação*, 1(2), 225-244. <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/23147>
- Minayo, M. C. S. & Sanches, O. (1993). Quantitativo-qualitativo: Oposição ou complementaridade? *Caderno de saúde pública*, 9(3), 239-262. <https://www.scielo.br/j/csp/a/Bgpmz7T7cNv8K9Hg4J9fJDb/?format=pdf>
- Moura, A. P. S. (2022). *A mediação da informação sobre mulher, gênero e feminismo nos programas de pós-graduação em Ciência da Informação do Brasil*. (Dissertação), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/26165>
- Moura, A. P. S. & Côrtes, G. R. (2024). Mediação da informação, gênero e mulheres uma análise das dissertações e teses nos PPGCIs brasileiros (2010-2020). *Em questão*, (30), 1-31. <https://doi.org/10.1590/1808-5245.30.140321>
- Moura, A. P. S., Côrtes, G. R. & Silva, A. R. (2023). Mediação consciente da informação: o protagonismo social das dissertações sobre mulheres e feminismo dos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Brasil. *Tendências da pesquisa brasileira e ciência da informação*, (16), 1-23. <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/610>
- Moura, M. A. (2017). Narrativas culturais, protagonismo e mundo comum. Em H. Gomes & H. F. Novo (Org.), *Informação e protagonismo social* (pp. 93-106). EDUFBA.
- Passo, L. A. S. L., Nunes, J. V. & Cavalcante, L. E. (2023). Pela visibilidade das minorias: análise da produção científica da primeira edição do GT-12 no Encontro Nacional de Pesquisa em Pós-Graduação em Ciência da Informação de 2022. Em *23º Encontro Nacional de Pesquisa em Pós-Graduação em Ciência da Informação*, Aracaju, Brasil.
- Ribeiro, D. (2018). *Quem tem medo do feminismo negro?* Companhia das Letras.
- Sardenberg, C. M. B. (2002). Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista? Em A. A. Costa & C. M. B. Sardenberg (Org.), *Feminismo, ciência e tecnologia*. Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero (REDOR).
- Santos Neto, J. A. (2024). Mediação implícita da informação e os marcadores sociais da diferença: protagonismo e aspectos éticos na organização e representação da informação e do conhecimento. *Folha de rosto*, 9(2), 269-297.
- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e sociedade*, (16), 71-99.
- Silva, D. M. F., Viana, A. R. L., Cavalcante, G. F. F. & Lima, I. F. (2022). Memória e decolonialidade: a poética de Tatiana Nascimento nas mídias sociais. Em *22º Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*, Porto Alegre, Brasil. <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxii/enancib/paper/view/986>

- Silva, L. K. R. & Saldanha, G. S. (2021). Epistemologia Social Feminista Negra (EPISFEN): trajetórias de vida e feminismo negro em Biblioteconomia e Ciência da Informação. *Tendências de pesquisa brasileira em ciência da informação*, (14), 1-21.
- Silva, L. K. R. & Aquino, M. A. (2013). Bamidelê: por uma sociologia da informação étnico-racial na organização das mulheres negras da Paraíba. *Pesquisa brasileira em ciência da informação e biblioteconomia*, 8(1). <https://pbcib.com/index.php/pbcib/article/view/16952/10044>
- Silva, L. K. R. & Aquino, M. A. (2014). Fontes de informação na web: apropriação, uso e disseminação da informação étnico-racial no movimento negro da Paraíba. *Transinformação*, 26(2), 203-212. <https://doi.org/10.1590/0103-37862014000200009>
- Silva, L. K. R. (2020). *Feminismo negro e epistemologia social: trajetórias de vida de pesquisadoras negras em Biblioteconomia e Ciência da Informação* [Tese de doutorado]. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Tonello, I. M. S., Lunardelli, R. A. & Almeida Júnior, O. F. (2012). Palavras-chave: possibilidades de mediação da informação. *Ponto de acesso*, 6(2), 21-34. <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/4524>
- Vieira, K. R. & Karpinski, C. (2019). The historical and epistemological relations between Librarianship and Information Science in the Brazilian scientific production. *Transinformação*, (31), 1-11. <https://doi.org/10.1590/2318-0889201931e180043>
- Werneck, J. (2000). *O livro da saúde das mulheres negras*. Pallas.

Notas

- 1 Recorte de dissertação de mestrado intitulada *A mediação da informação sobre mulher, gênero e feminismo nos programas de pós-graduação em Ciência da Informação do Brasil*. A pesquisa investigou a mediação da informação sobre os estudos de gênero e feminismo nas dissertações e teses dos PPGCI.
- 2 Para saber mais: <https://sucupira.capes.gov.br/>
- 3 Para saber mais: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/Artigo_30_08_07.pdf